

ARTIGO

**DOSSIÊ EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADES: ASPECTOS DA  
LINGUAGEM**

**DIREITOS LINGÜÍSTICOS DOS SURDOS NO ÂMBITO DA  
EDUCAÇÃO SUPERIOR**

*(Linguistic Rights of the Deaf in the Context of Higher Education)*

*(Derechos Lingüísticos De Las Personas Sordas En El Ámbito De La Educación  
Superior)*

Valdiceia Tavares-Santos<sup>1</sup>  
(SEEDF/UnB)

Janiny Pires Seles Bispo<sup>2</sup>  
(UESB/UFRB)

Leiva Figueiredo Viana Leal<sup>3</sup>  
(UFMG)

Kleber Aparecido da Silva<sup>4</sup>  
(UnB)

Recebido em: setembro de 2021

Aceito em: dezembro de 2021

DOI: 10.26512/les.v22i2.40985

<sup>1</sup> SEEDF-UnB. E-mail: tavaresvaldiceia40@gmail.com

<sup>2</sup> Janiny Pires Seles Bispo é tradutora intérprete de Libras/português na UFRB. Pedagoga e licenciada em Letras Libras. Mestranda em letras: cultura, educação e linguagens na UESB. E-mail: janinylibras@ufrb.edu.br

<sup>3</sup> Leiva de Figueiredo Viana Leal- Doutora em Educação(UFMG) PHD em Estudos da Linguagem.(INRP-Paris) Instituição: UFMG(Mestrado Profissional de Letras). E-mail: leivaleal.l@gmail.com

<sup>4</sup> Licenciado em Língua Inglesa pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Mestre em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Doutor em Estudos Linguísticos (Linguística Aplicada - Língua Estrangeira) pela Universidade Estadual Paulista (UNESP - São José do Rio Preto). Pós-Doutor em Linguística Aplicada pela UNICAMP e em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela PUC-SP. É pós-doutor em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: kleberunicamp@yahoo.com.br

## RESUMO

*Este artigo analisa resultados de pesquisa qualitativa, cujo objetivo é analisar como estudantes surdos no ensino superior constituem-se nas relações de pertença em ambiência universitária. Parte-se da necessidade de entender de que modo as políticas linguísticas para surdos alcançam objetivos referentes aos direitos linguísticos. Metodologicamente, foram realizadas entrevistas com quatro alunos surdos, interpretadas conforme Análise de Conteúdo. Os resultados apontam que as políticas linguísticas têm colaborado para acesso e permanência dos mesmos na universidade. Os participantes da pesquisa demonstram interesse em aprender, em alcançar autonomia necessária ao seu desenvolvimento profissional e humano e sinalizam para a esperança de ascensão social.*

**Palavras-chave:** *Direitos Linguísticos. Educação Superior. Surdos*

## ABSTRACT

*This article analyzes the results of qualitative research, whose objective is to analyze how deaf students in higher education constitute themselves in the relationships of belonging in a university environment. It starts with the need to understand how linguistic policies for the deaf achieves objectives related to linguistic rights. Methodologically, four deaf students were interviewed, interpreted according to Content Analysis. The results point that language policies have contributed to their access and permanence at the university. Research participants show interest in learning, in achieving the autonomy necessary for their professional and human development, and signal hope for social ascension.*

**Keywords:** *Linguistic Rights. Higher Education. Deaf*

## RESUMEN

*Este artículo analiza los resultados de la investigación cualitativa, cuyo objetivo es comprender cómo los estudiantes sordos de la educación superior se constituyen en las relaciones de pertenencia en el ámbito universitario. Se basa en la necesidad de comprender cómo las políticas lingüísticas para sordos logran objetivos relacionados con los derechos lingüísticos. Metodológicamente, se realizaron entrevistas a cuatro estudiantes sordos, interpretadas según Análisis de Contenido. Los resultados indican que las políticas lingüísticas han contribuido a su acceso y permanencia en la universidad. Los participantes de la investigación muestran interés en aprender, en alcanzar autonomía necesaria para su desarrollo profesional y humano y señalan para la esperanza de ascenso social.*

**Palabras clave:** *Derechos lingüísticos. Educación Superior. Sordos*

## INTRODUÇÃO

Desde a constituição de 1988, o Brasil assumiu a prerrogativa de educar a todos. A partir desse momento, foram acolhidos princípios como diversidade e/ou pluralismo cultural. O Estado assumiu que o fundamento mais importante da República é o da dignidade da pessoa humana, ao declarar-se democrático de direito. Estabelecido esse princípio, assume o compromisso de buscar meios para promover os direitos fundamentais dos cidadãos. Grupos minoritarizados, como o de pessoas surdas, que até então não tinham espaço nas políticas públicas, ganham lugar nas políticas governamentais e saem, ainda que precariamente, da invisibilidade frente à sociedade. Na ocasião, as políticas criadas foram apenas adaptadas para esse público, aglutinando surdos e outros grupos minoritários às políticas já vigentes. Desde então, a comunidade surda busca a criação de uma política que contemple suas necessidades e anseios. Esses enfrentamentos culminaram na publicação da Lei

10.436, de 2002, e no Decreto 5.626, de 2005, que se constituíram um marco da política e planejamento linguístico e da educação dos surdos.

Essa Lei e esse Decreto geraram publicações e ações voltadas para a comunidade surda, como resultado da luta pelos direitos humanos enfrentados. Ocorre, então, um ponto alto do processo de reparação dos direitos linguísticos, uma vez que a linguagem é um elemento essencial das relações sociais e culturais como atividade humana, defendidos em declaração criada em junho de 1996, em Barcelona. A Declaração Universal dos Direitos Linguísticos prediz, em seu § Art. 2º:

Esta Declaração parte do princípio de que os direitos linguísticos são simultaneamente individuais e coletivos, e adota como referência da plenitude dos direitos linguísticos, o caso de uma comunidade linguística histórica no respectivo espaço territorial, entendendo-se este não apenas como a área geográfica onde esta comunidade vive, mas também como um espaço social e funcional indispensável ao pleno desenvolvimento da língua.

Dessa forma, a garantia dos direitos linguísticos do surdo é imprescindível para manter as relações sociais. De acordo com as especificações do ponto dois, do § Art. 2º, dessa mesma Declaração, fica claro que todo indivíduo tem “(...) o direito ao ensino da própria língua e da própria cultura; o direito a dispor de serviços culturais; o direito a uma presença equitativa da língua e da cultura do grupo nos meios de comunicação; o direito a serem atendidos na sua língua nos organismos oficiais e nas relações socioeconômicas”.

O resultado é a existência de políticas públicas, de acordo com Coutinho (2013), entendidas como “um emaranhado de normas, processos e arranjos institucionais mediados pelo direito”, sendo este um elemento constitutivo, próprio a tais políticas. Dessa maneira, o direito é “objetivo, arranjo institucional, vocalizador de demandas ou ferramentas de políticas públicas” (COUTINHO, 2013, p. 182). Dito de outra forma, “o direito permeia intensamente as políticas públicas em todas as suas fases ou ciclos: na identificação da agenda para enfrentá-lo, na concepção de propostas, na implementação de ações e na análise e avaliação dos programas” (COUTINHO, 2013, p. 193).

Por conseguinte, as aplicações dos direitos linguísticos que precisam de atenção do governo no âmbito da política nacional de educação inclusiva estão pautadas no documento intitulado “Relatório sobre a Política Linguística de Educação Bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa” (2014). Esse material é resultado de debates e de reflexões realizadas pelo grupo de trabalho formado por pesquisadores surdos e ouvintes da educação bilíngue, lideranças surdas nacionais, representantes da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – Feneis e gestores da política de educação inclusiva do MEC, na gestão da Presidenta Dilma Rousseff (Portaria Ministerial nº 1.060/2013 e nº 91/2013, do MEC/SECADI), cujo objetivo foi discutir e sistematizar

subsídios teóricos, conceituais e metodológicos necessários à implementação da política linguística de educação bilíngue para surdos no sistema educacional brasileiro.

As políticas linguísticas que regulamentam o uso de Libras, por sua vez, norteiam os anseios da oferta da educação bilíngue e da consolidação de culturas, de políticas e de práticas inclusivas na escola “regular”, com professores surdos, professores bilíngues e, em último caso, com intérpretes da língua de sinais, qualificados e devidamente contratados para o exercício da função.

De acordo com o Decreto 5.626/2005:

§ Art. 23. As instituições federais de ensino, de educação básica e superior, devem proporcionar aos alunos surdos os serviços de tradutor e intérprete de Libras – Língua Portuguesa em sala de aula e em outros espaços educacionais, bem como equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação. § 1º Deve ser proporcionado aos professores acesso à literatura e informações sobre a especificidade linguística do aluno surdo. § 2º As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação. (BRASIL, 2005).

Para além de uma política linguística, a garantia e a manutenção da língua de sinais nas Instituições de Ensino Superior (IES) para os estudantes surdos, bem como a acessibilidade dos materiais didáticos, constituem-se em um planejamento para a permanência dos alunos. Quadros (2010) afirma que:

A educação de surdos na perspectiva bilíngue toma uma forma que transcende as questões puramente linguísticas. Para além da língua de sinais e do português, esta educação situa-se no contexto de garantia de acesso e permanência na escola. Essa escola está sendo definida pelos próprios movimentos surdos: marca fundamental da consolidação de uma educação de surdos em um país que se entende equivocadamente monolíngue. O confronto se faz necessário para que se constitua uma educação verdadeira: multilíngue e multicultural. Assim, no Brasil, o “bi” do bilinguismo apresenta outras dimensões. (QUADROS, 2010, p. 35)

Entre as conquistas mais evidentes dos surdos, a presença do profissional tradutor intérprete de Libras durante as aulas é uma das mais evidentes. Contudo, Silva (2012, p. 272) entende que “a tradução compromete a qualidade do ensino, a relação entre professor e aluno e conseqüentemente, a apreensão do conhecimento por parte do aluno, não basta traduzir é preciso interagir com o aluno”. (SILVA, 2012, p.272) A educação bilíngue defendida pelos surdos deve ser ministrada diretamente pelo professor em Libras, sem intervenção de interlocutores entre professor e aluno.

Pesquisas e estudos desenvolvidos no Brasil (Nantes (2012), Patrício (2011), Bazilatto (2017), Andrade (2011), Daroque (2011) indicam que políticas linguísticas de inclusão de sujeitos surdos no ensino em geral e, em especial no ensino superior, não têm atendido, de modo efetivo, o

seu intento. Segundo Gomes (2017), em resumo de sua dissertação de mestrado afirma que “Ela vem apenas promovendo a convivência dos alunos entre si, mas não tem possibilitado o aprendizado dos surdos, sendo dessa forma, um grande desafio para o surdo percorrer o ambiente institucional de ensino, regido prioritariamente por normas, princípios e características do mundo ouvinte”. (GOMES, 2017, p.8)

Diante do contexto histórico, dos enfrentamentos, dos avanços e retrocessos vividos por essa comunidade, chegamos à seguinte questão de pesquisa: os estudantes surdos matriculados no Ensino Superior se sentem pertencentes a esse espaço acadêmico?

Nesse contexto, chegamos ao objetivo deste estudo que é analisar as representações que estudantes surdos no ensino superior constroem nas relações de pertencimento em ambiência universitária. Para além desse objetivo, deseja-se compreender como as políticas linguísticas se efetivam em contexto universitário e no papel das universidades como espaço/lugar e tempo de garantia de direitos humanos universais.

## **1. SURDOS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

A universidade pública é um espaço plural e diverso em sua própria constituição. Possui princípios de ensino, de pesquisa e de extensão e pode exercer o compromisso social de promover a convivência intercultural e a discussão dos apagamentos vividos historicamente por grupos minoritarizados. É também um espaço privilegiado para discutir a diversidade humana e contribuir para a construção da identidade dos estudantes. Nesse âmbito, registra-se o alargamento do número de estudantes com deficiência na educação superior, porém, com dificuldades no que se refere à inclusão desses estudantes, de modo efetivo. Alguns pesquisadores (Dibbern, Cristofolletti, Serafim, 2018) consideram que as universidades no Brasil estão em busca de um atendimento eficaz para as pessoas com deficiência, porém há muito que avançar.

No caso do surdo, houve uma ampliação de matrículas nos cursos superiores, a partir da publicação do Decreto 5.626, de 2005, que, entre outras coisas, prevê a inserção de Libras como disciplina nos cursos de fonoaudiologia e nas licenciaturas, o que exigiu a criação da graduação em Letras Língua Brasileira de Sinais (Libras). As primeiras turmas ocorreram em EaD e formaram 1.079 estudantes surdos e ouvintes, entre os anos de 2006 e 2012. Esse curso, atualmente, é ofertado em 40 Instituições de Ensino Superior – IES (QUADROS, 2021). Esse fato pode ser considerado o grande salto para o aumento de professores surdos nos cursos de graduação, preparando-se para atuarem na Educação Básica ou Superior. Ribeiro (2016) aponta que outros fatores foram decisivos para o aumento de surdos nos cursos de graduação: além do reconhecimento da língua de sinais como língua,

o movimento para publicação da referida lei tornou os surdos mais politizados; houve também uma melhoria da educação básica oferecida a esses estudantes e a expansão do ensino superior no Brasil.

Além do curso citado, os surdos começaram a vislumbrar a possibilidade de formação acadêmica em outros cursos de graduação. O aumento considerável de estudantes surdos na educação superior foi registrado por Esdras e Galasso (2017), em pesquisa realizada entre os anos de 2010 e 2015, quando houve a ampliação de matrículas em 20,76%. Segundo os autores, em 2015, constava-se a matrícula de 541 estudantes com deficiência auditiva, 324 surdos e 48 surdocegos em IES, no Brasil. Monteiro (2018) encontrou, nos programas de pós-graduação em IES, o registro de 21 doutores surdos e 127 mestres. À medida que os surdos foram concluindo o curso superior, os editais de pós-graduação foram repensados para garantir a acessibilidade na pós-graduação.

Dentre as instituições que avançaram na oferta de formação para surdos, podemos destacar o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), primeira escola de surdos no Brasil, criada em 1857. Trata-se de instituição de âmbito federal, com grande visibilidade e espaço para discussão do movimento surdo. Atualmente, nessa instituição, além do atendimento aos surdos na educação básica, é ofertado o curso de graduação em pedagogia bilíngue, pioneiro nessa formação na América Latina. Além disso, é um espaço para discussão e criação de materiais pedagógicos e outras publicações, como as revistas: *Fórum, Arqueiro, Espaço e Audiologia*, onde são publicados artigos relevantes para a área de educação de surdos.

Além do INES, outras instituições do Brasil têm se ocupado da educação superior para estudantes surdos. Pereira (2019) ressalta que algumas universidades se constituíram em polo para a educação de surdos no nível universitário. A autora, embasada em Ribeiro (2016), destaca a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS) e evidencia o pioneirismo da Universidade Federal Fluminense (UFF), no curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão ([www.cmpdi.uff.br](http://www.cmpdi.uff.br)).

Além do eixo Sul e Sudeste, outras regiões que não são consideradas foco do desenvolvimento urbano e industrial buscam alternativas para o desenvolvimento da educação de surdos. Em um país com tantas regiões reconhecidamente diferentes em seus contextos, faz-se necessário o esforço das instituições de ensino superior para que pesquisas e estudos sobre diversidade e inclusão ganhem espaços e se concretizem, garantindo, assim, uma esfera menos regional e mais nacional sobre a questão.

Esses dados evidenciam que a falta de acessibilidade e de políticas linguísticas para o engajamento de surdos na educação superior ainda ocorre de forma desigual no país. Pesquisas apontam que o acesso à educação superior é reflexo do ensino ofertado na educação básica (AMORIM; CASTRO; GIMENEZ, 2020); Thoma (2006) afirma que, entre os surdos que estão na

educação superior atualmente, boa parte é proveniente de regiões cuja proposta de educação bilíngue é consolidada. Portanto, de modo recursivo, as regiões que possuem um aumento da presença de surdos na universidade são provocadas a repensar a educação básica para surdos; da mesma forma, a educação bilíngue exitosa corrobora para surdos mais politizados e ativistas e que, portanto, atuam na abertura de vagas e na melhoria da qualidade da educação superior.

Os sujeitos da pesquisa de Amorim, Castro e Gimenez (2020) apontaram como dificuldades enfrentadas pelo surdo na educação superior a ausência de intérpretes em contextos externos à sala de aula, como reuniões, palestras e laboratórios. Outro ponto discutido por esses autores foi a dificuldade de um diagnóstico inicial e singular de cada estudante, que permitisse observar o nível de emancipação linguística, cultural e identitária desses alunos.

Tavares-Santos e Caixeta (2017) afirmam que a ampliação de matrículas de estudantes surdos na educação superior gera novas necessidades nas universidades públicas e particulares. Como resultado da pesquisa, observou-se que estudantes surdos na fase inicial do ensino superior apresentavam dificuldades que estão muito além da questão linguística, como dificuldade de organização de agenda e compromissos, técnicas de estudo e de resolução de conflitos com professores. As autoras afirmam ainda que poucos são os que se dispõem a uma escuta efetiva dos surdos no âmbito da universidade.

Diante do contexto e das problemáticas evidenciadas por outras investigações, esta produção se propõe a compreender as representações de surdos matriculados em IES na Universidade de Brasília (UnB) e na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e o modo como constroem as relações de pertencimento nesses espaços.

## **2. METODOLOGIA**

Esta pesquisa é de abordagem qualitativa, encaixando-se no tipo de pesquisa a que se pode denominar analítico-reflexiva, escolhida como um caminho investigativo que permite compreender aspectos históricos, sociais, individuais e interativos dos participantes e dos espaços sociais onde eles atuam. Considera-se ainda o caráter documental da investigação, por realizar a análise de *sites* e publicações, uma vez que havia necessidade de compreender a dimensão histórica e a realidade atual das universidades, no que se refere ao atendimento ao estudante surdo. Este estudo foi organizado em etapas que vão desde a organização, o planejamento, a adequação de instrumentos, a tradução transcultural, a gravação e a revisão do material, comuns na pesquisa com participantes surdos.

Inicialmente, pretendia-se encaminhar um questionário do Google formulário (Google Forms), com perguntas gravadas por um colaborador surdo. Posteriormente, ao se compreender a

realidade dos participantes que aceitaram contribuir com a pesquisa, percebeu-se que nem todos tinham acesso a sinal de internet que possibilitasse baixar os vídeos e responder ao formulário. Diante dessa realidade, que poderia dificultar a coleta de dados, utilizou-se o questionário elaborado inicialmente<sup>5</sup>, porém, no formato de entrevista gravada em língua de sinais. Foi utilizada a plataforma Teams, versão paga, por assegurar qualidade superior à gravação; em seguida, foi realizada a degravação por uma das pesquisadoras desse estudo e, posteriormente, a revisão dela, por outras duas componentes da pesquisa para validação e garantia da autenticidade das respostas.

Devido ao distanciamento social e à situação de aulas remotas impostas pelo Coronavírus, foram convidados, via *WhatsApp*, 10 alunos surdos para participação na pesquisa. Dos 10, quatro aceitaram participar da investigação.

Para garantir a ética na pesquisa, as entrevistas foram realizadas individualmente. Para isso, a pesquisa ouviu quatro estudantes surdos que se dispuseram a participar desse estudo. Esses alunos são matriculados em cursos de Letras Libras em duas universidades distintas, doravante chamados curso “Letras/Libras”, uma vez que as referidas universidades têm nomenclaturas diferentes para o curso. Os sujeitos da pesquisa são dois estudantes matriculados na Universidade de Brasília (UnB) e dois na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). A escolha dessas universidades foi em função do contato de duas pesquisadoras nas referidas instituições.

Quanto à caracterização dos participantes da pesquisa, a primeira participante, que chamaremos de Vitor, (UFRB) tem 27 anos, está no sétimo semestre do curso de Licenciatura em Letras/Libras; o outro participante, que chamaremos de Maria (UFRB) tem 23 anos, está no oitavo semestre do curso de Licenciatura em Letras/Libras; o terceiro participante, doravante chamado de Roberto (UNB) tem 24 anos, tem um irmão oito anos mais velho que também é surdo, está no terceiro semestre do curso de Licenciatura em Língua de Sinais Brasileira/Português como Segunda Língua; o quarto participante, chamado de Paulo (UNB) tem 31 anos e está no quinto semestre do curso.

A metodologia adotada para a interpretação dos dados foi a Análise de Conteúdo, com base em Bardin (1977), que permite uma ou várias dimensões de análise. Nesse caso, com base no resultado das respostas dos sujeitos respondentes, foram levantadas categorias para o procedimento da análise. Para Bardin (2017), em pesquisa de análise de conteúdo, “o tema é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo certos critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura” (BARDIN, 1977, p. 105)

Quando foi possível equilibrar, de modo coerente, a “voz” dos participantes, ou seja, representá-las na escrita, essas vozes foram trazidas aqui na análise dos dados. Ao contrário, optamos

---

<sup>5</sup> Questionário apresentado como Apêndice 1

por condensar as ideias compreendidas, na medida em que facilitam o entendimento da intencionalidade discursiva dos respondentes. Nesse aspecto, do ponto de vista metodológico, há que se ressaltar que o procedimento de degravação exige um comportamento diferenciado do pesquisador. A degravação significa passar o conteúdo de uma gravação de áudio ou vídeo para formato de texto, ou seja, uma transcrição na íntegra. Segundo o Dicionário de vocabulário taquigráfico, de Waldir Cury e Paulo Volnei B. Xavier (2010), degravar é taquigrafar e traduzir conteúdo de gravação. Nesse caso, a degravação foi feita a partir de entrevista em libras.

### 3. CONTEXTUALIZANDO AS INSTITUIÇÕES DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Por realizar a investigação em duas universidades no Brasil, segue-se a contextualização do atendimento a estudantes surdos nessas instituições – UnB e UFRB.

Em 1998, a Universidade de Brasília inovou com a proposta do curso de Letras Português do Brasil como segunda língua, que tem como meta:

A formação de professores de língua portuguesa para ensinar o português do Brasil – língua, literatura e cultura – a falantes e usuários de outras línguas. O curso, que se circunscreve em um contexto de políticas linguísticas, foi criado com o objetivo principal de atender a comunidades que, no Brasil, não têm o português como primeira língua e que, no exterior, desejam aprender o português do Brasil como língua de comunicação internacional para estrangeiros, indígenas e surdos (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA).

Anos mais tarde, a UnB lançou edital diferenciado no Programa de Pós-graduação em Linguística – PPGL, com intérpretes de Língua Brasileira de Sinais, e reservou vagas para candidatos surdos, viabilizando o ingresso desses estudantes no meio acadêmico em nível de pós-graduação *stricto sensu*. A universidade acolheu surdos da comunidade de Brasília, bem como de outros estados. Posteriormente, em 2015, a instituição realizou o primeiro vestibular para o curso de Licenciatura em Língua de Sinais Brasileira/Português como Segunda Língua.

Todas essas iniciativas resultaram no número atual de 26 estudantes surdos matriculados na graduação e 11 na pós-graduação, segundo relatório do Decanato de Assuntos Comunitários/Coordenação de Apoio às Pessoas com Deficiência, do Programa de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais – PPNE desta universidade. Há que se considerar, ainda, que a UnB possui dez professores surdos atuando na Faculdade de Educação ou no Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas (LIP). Entre esses profissionais, alguns estão também matriculados no Programa de Pós-graduação em Linguística (PPNE, 2018).

O quantitativo de estudantes surdos matriculados na graduação ou na pós-graduação, bem como dos professores que atuam na Universidade de Brasília, tem aumentado gradativamente. Assim,

a acessibilidade garantida nos editais tende a facilitar a entrada de estudantes surdos de outros estados. Essa intuição encontra-se geograficamente próxima aos centros decisórios do poder nacional e das representações diplomáticas, aos organismos internacionais e às agências de fomento, constituindo-se como um importante polo acadêmico internacional (VILLELA, 2018).

A outra instituição onde os participantes dessa pesquisa estão matriculados é a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. Criada a partir de uma política de interiorização da educação superior pública e de qualidade, está presente em sete polos, localizados em seis cidades que compõem o recôncavo baiano: Amargosa, Santo Antônio de Jesus, Cruz das Almas, Cachoeira, Santo Amaro e Feira de Santana. Cada *campus* tem o foco em uma área do saber. O Centro de Formação de Professores – CFP, no município de Amargosa, é o responsável pelas principais licenciaturas, entre elas a do curso de Letras Libras – único na modalidade presencial e público no interior da Bahia.

Atualmente a universidade conta com cinco docentes surdos (todos com mestrado), cinco alunos no curso de licenciatura em Letras Libras e quatro tradutoras intérpretes de Libras. Como estratégia de ensino, a instituição implementou mudanças que perpassam desde o ingresso, o PPC do curso de Letras, à oferta de disciplinas – o que é chamado de percurso surdo –, a fim de proporcionar o protagonismo desses estudantes, uma vez que as disciplinas são ministradas quase exclusivamente por professores surdos, fazendo com que os alunos tenham maior contato com seus pares e concluam o ensino superior em sua língua natural – a Libras.

#### **4. ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS**

##### **4.1 O percurso escolar dos sujeitos da pesquisa**

A entrevista com os participantes teve início com o questionamento sobre o percurso escolar. Em resposta à pergunta, evidencia-se que as desigualdades de acessibilidade e de educação bilíngue impactam a vida desses sujeitos. Dois deles, Vitor e Maria, residem em espaço rural e estudaram em escolas de cidades de pequeno porte; os outros dois, Paulo e Roberto<sup>6</sup>, estudaram na capital, com enorme diferença de condições de vida. Esse dado se faz importante, pelo fato de que, se todos os alunos merecem estudar nas mesmas condições de aprendizagem, esses direitos se desfazem nitidamente nas respostas dos alunos. Enquanto os dois sujeitos residentes em cidades de pequeno porte não tiveram o direito a aulas acompanhadas de intérprete de Libras ou outra possibilidade que lhes garantisse a acessibilidade em língua de sinais, apesar de o Decreto 5.626/2005 já estar em vigor nesse período, os dois alunos residentes na capital, ao contrário disso, tiveram boa

---

<sup>6</sup> Nomes fictícios

parte da vida escolar com acompanhamento de intérprete educacional, em escola bilíngue para surdos ou em classe exclusiva para surdos.

Por outro lado, ainda que se constate essa diferença, o que iguala esses estudantes nas suas experiências escolares se traduz na ausência de uma metodologia que pudesse envolvê-los no desenvolvimento e na potencialização de suas capacidades, de modo a que alcançassem a produção de conhecimentos. Trata-se de uma constatação de elevada importância e gravidade, uma vez que alunos em seus percursos singulares, que moram em regiões distintas, queixam-se, do mesmo modo, de que, embora tenham frequentado uma escola, com intérprete de Libras ou não, algo fundante lhes faltou: uma didática que permitisse a eles compreender o que era ensinado, como se constata nas manifestações dos alunos.

*Aluno Vítor: “Era a mesma metodologia para todos os alunos”.*

*Aluna Maria: “Sempre com o professor ouvinte usando metodologia ouvinte para ensinar”.*

*Aluno Roberto: “Não entendia nada, não havia didática adequada para o surdo, era impossível”.*

Esses indivíduos, com a consciência de que lhes faltou algo no processo de aprendizagem para que melhor pudessem se desenvolver em seus conhecimentos e em seus saberes, conseguiram alcançar o ensino superior. Talvez o fato de estarem em um curso de licenciatura para formar professores, no qual se discute a didática e a pedagogia visual, possa ter ajudado na decisão de serem professores, conforme respostas deles ao questionamento sobre o assunto.

No entanto, os apontamentos deles nos levam a interrogar sobre a perspectiva de uma educação linguística crítica, que, no entendimento de Pessoa, Silva e Freitas (2020, p.16) se traduzem como “expressão ampla que engloba a formação crítica docente e evita a dicotomia ensino aprendizagem”. Nessa perspectiva compreende-se que “o conhecimento se cria, se inventa, reinventa, se aprende. Conhecimento se faz. O estudante conhece na medida em que, apreendendo a compreensão profunda do conteúdo ensinado, o aprende. Aprender o conteúdo passa pela apreensão do mesmo” (FREIRE, 2001, p. 120). Portanto, uma educação linguística crítica envolve as problematizações da vida social, buscando a transformação para tornar o mundo mais justo.

## **4.2 O sentido da futura profissão**

Quanto à escolha do curso, apenas o participante Vítor manifestou que desejava fazer outros cursos, mas, considerando a possível dificuldade que teria, foi orientado a escolher algo que se relacionasse com a identidade surda. Assim, resolveu cursar Letras-Libras. Para os participantes Maria e Roberto, a escolha foi tranquila, porque era fruto de um desejo para um; para outro, o curso Letras-Libras representou a realização de um sonho: ser professor de Português. Paulo optou por falar da dificuldade que foi para passar no vestibular, devido a pouca proficiência na língua escrita,

mas que se sentiu orgulhoso de vencer essa etapa da vida, sonho que sempre cultivou. A entrada de alguns surdos nas universidades públicas do Brasil tem sido vista também como possibilidade de ascensão social, haja vista que alguns deles são os primeiros da família a estudar em universidade pública.

Com efeito, esses sujeitos apontam a perseverança, a obstinação e a força para não serem excluídos do direito de cursarem o ensino superior. Incomoda saber que a um deles foi dada orientação para abandonar o curso de seus sonhos. São percepções equivocadas, que antecipam, *a priori*, dificuldades e obstáculos, esses advindos de um modo discriminatório de entender as potencialidades do sujeito surdo. Ressalta-se ainda que a acessibilidade oferecida nos cursos de licenciatura em Letras-Libras poderia se estender a outros cursos. No entanto, os participantes não duvidaram de que estavam no curso certo, sem deixar de lado a compreensão de que o mundo pode ser maior do que se vê.

### **4.3 Dificuldades vivenciadas como alunos universitários**

Quanto às dificuldades encontradas na universidade, os participantes apontaram:

- a leitura de textos extensos, o que exige tempo, idas e vindas ao texto, bem como capacidades nem sempre exercitadas no ensino básico, como: tomar notas, registrar ideias básicas, consultar outras fontes. Essa é a realidade no contexto das práticas no ensino superior: leitura de artigos, de obras, de resenhas e de outros gêneros do domínio acadêmico;
- a busca, nem sempre simples, pela compreensão efetiva do que lê. Uma compreensão que exige produzir inferências, deduções, estabelecer relações, entre outras capacidades relacionadas ao que se pode abstrair de um dado texto. Nesse sentido, ressaltam o desconhecimento de vocabulário, no caso específico da área, para eles, um dos maiores obstáculos à compreensão;
- as novas exigências advindas do momento pandêmico (2021), em que as aulas são ministradas na modalidade on-line, aumentam e diversificam as dificuldades, principalmente as de interação humana – resalta um dos sujeitos dessa investigação. Nesse sentido, inclusive os instrumentos de pesquisa aqui adotados necessitaram de alteração, em função da dificuldade de acesso à internet de alguns participantes. Apesar de não ser o escopo desta investigação, percebemos que o ensino remoto para o estudante surdo apresenta algumas dificuldades tangentes, que precisam ser aprofundadas em outros trabalhos;
- as lacunas de compreensão e de interpretação em leitura de textos acadêmicos também são evidenciadas em sujeitos ouvintes. Reconhece-se que no processo de aquisição da língua

portuguesa pelo estudante surdo, principalmente a voltada para a leitura de textos científicos e acadêmicos, têm um menor grau de abrangência. Nessa esteira, uma das respostas aponta a dificuldade em ler e produzir textos argumentativos.

#### **4.4 As experiências nas interações sociais**

No que se refere à comunicação com colegas e professores, duas respostas sinalizam para uma relação positiva quanto à interação entre o surdo, seus professores e seus colegas de turma. Para um deles, este foi um processo construído e conquistado nas interações: à medida que compreendia melhor a língua de sinais, melhorou a fluência com que foi desenvolvendo competências e estratégias de comunicação, inclusive de conduzir interações sozinho, sem o acompanhamento do intérprete.

Outra resposta aponta que a universidade não os deixou desamparados, auxiliando na compreensão e nas relações de trocas de ideias, para que fosse garantida a acessibilidade. Os dois primeiros participantes que, na educação básica, não tiveram o direito a intérpretes, o alcançaram na universidade. Já os dois outros, embora tenham na sua trajetória de ensino básico a memória de uma experiência positiva em relação a serem compreendidos pelo professor, indicam que não conseguem agora compreender a maioria do que seus professores falam, o que os leva a pedir ajuda aos colegas. Finalmente, o colaborador Roberto destacou os esforços unilaterais para ser compreendido pelos colegas; narra que incentiva os colegas ouvintes a aprenderem modos de comunicação com o surdo, mas eles não se interessam.

De novo, as respostas revelam que, apesar dos esforços de garantir acessibilidade aos surdos, a universidade tem ainda caminhos a percorrer. No entanto, torna-se urgente evidenciar a quem compete essas melhorias no ensino universitário, porque algumas delas não são objetos concretos, elementos sólidos, como cadeira, rampa, presença de intérprete de sinais, mas, em especial, no que tange a competências emocionais e relacionais. Isso se reflete na fala dos participantes, que destacaram a relação com alguns professores na universidade, que perceberam o quanto o aspecto relacional e afetivo pode contribuir com o desenvolvimento do estudante. Enfim, questões voltadas para a melhoria das condutas, que precisam ganhar força de humanização.

Se levarmos em conta que a constitutividade e a identidade de todos os seres humanos passa pelas linguagens, para que a compreensão do que somos, do que pensamos e do que sabemos seja constitutivo de cada um de nós, nos convencemos do quanto é necessário que as universidades possam melhor se preparar para fazer das linguagens o centro das experiências de sujeitos surdos em seu meio. A esses sujeitos devem ser garantidas a aprendizagem de analisar, de criticar, de argumentar, de inquirir, de dizer a sua palavra e de ouvir e entender a palavra do outro, pela língua de sinais. As

linguagens sempre foram e continuarão sendo condição indispensável para a existência humana. A existência como lugar de identidade, de sujeito pertencente a uma cultura, de condição de quem recebe e produz conhecimento, de quem se encontra inserido no mundo. Portanto, desenvolver as linguagens é direito humano.

#### **4.5 O que há de bom na universidade pelo olhar dos alunos universitários surdos**

Ainda que tenhamos levantado, anteriormente, a dificuldade de alguns sujeitos em serem compreendidos por professores e colegas, as respostas a respeito dos aspectos positivos da universidade apontam para outros, altamente exitosos, tais como:

- a oportunidade de estudar a disciplina de Psicologia, que “ajuda a entender e a evitar tipos de violência”. Com efeito, a Psicologia é uma ciência que permite alcançar as pessoas em sua intersubjetividade, a poder expressar, com firmeza, os dilemas da vida e, muitas vezes, a entendê-los na totalidade da existência. Conforme ressalta Weiss (2001, p. 22) “no que se refere ao aluno, engloba tantos aspectos emocionais que estão relacionados ao desenvolvimento afetivo, assim como com o processo para adquirir conhecimentos”. Com a Psicologia, chega-se à questão das interações professor-aluno, às relações necessárias a um bom diálogo e a um modo especial de se olhar para o sujeito aluno. A resposta do universitário surdo permite entender em que lugar ele coloca a Psicologia: algo que pode ajudá-lo a entender a própria vida;
- a compreensão de que a universidade é um espaço muito rico de aprendizagem, um espaço de contato mais próximo com a comunidade surda e que, apesar dos problemas (como a dificuldade em leitura de textos longos), é possível vencê-los e continuar aprendendo. Constata-se, portanto, que esses sujeitos sentem na universidade um lugar de construção de vida e de esperanças;
- a presença de metodologias diferenciadas, usadas pelos professores universitários, como algo muito positivo: trabalhos e discussões em grupo, leitura e debate sobre textos lidos, entre outras. Descrevem que professores usam recursos visuais e metodologia adequada para o surdo, que explicam várias vezes um determinado conteúdo. Um participante afirma a existência de uma metodologia visual, outro manifesta sua satisfação em contar com uma professora fluente em Libras, que explica com clareza, de modo que os alunos entendem. O respondente Vítor citou ainda que um professor buscou material na página da UFSC e que contribuiu muito com seu desenvolvimento; tratava-se de um professor que não sabia a língua de sinais e não tinha experiência com surdos. A participante Maria

cita a presença de professores surdos no curso e sua identificação com eles. Vale lembrar que esses estudantes estão se referindo a todo o curso, que alguns tiveram a oportunidade de vivenciar aulas presenciais, que o aluno participante Paulo se referia unicamente a aulas *on-line*, tendo em vista sua entrada na universidade durante o período pandêmico. Esse participante faz questão de destacar que, se estivessem na modalidade presencial, as aulas, possivelmente, alcançariam maior êxito, o que ressalta o aspecto relacional e afetivo como preponderante para os aspectos da aprendizagem;

- outro aspecto de fundamental relevância é o quanto essas vozes expressam a importância do afeto na vida deles e na vida acadêmica. O aluno Paulo destaca a importância de encontrar na universidade a professora de quem foi aluno no ensino fundamental. Trata-se de uma professora que foi se qualificando em sua profissão docente e optou por educar surdos, chegando, assim, a ser professora na UnB. Para esse aluno, ela é a melhor de todas e é com quem tira suas dúvidas e se sente acolhido. Nesse sentido, reclama das aulas remotas, porque lhe falta a presença física de professores e de colegas. Com efeito, alunos surdos universitários de uma das instituições pesquisadas manifestam alegria por terem um monitor com quem podem trocar ideias, obter esclarecimentos e diminuir dúvidas relacionadas à vida acadêmica. Destacam, igualmente, a receptividade de alunos ouvintes, visto que os sentem parceiros e atuantes na luta pela conquista dos direitos dos surdos. Serve como exemplo, segundo um depoimento, que ouvintes impediram que a aula começasse, enquanto não se fizesse presente o intérprete de Libras. São acontecimentos e eventos que levam os surdos universitários à experiência de interação, de trocas e de zelos que se traduzem em afetividade – um dos alicerces para a harmonia do ser humano consigo mesmo e com o outro, que acaba por refletir na permanência desses estudantes no ensino superior.

#### **4.6 Novas relações e novos horizontes de vida**

Não está no escopo desta investigação analisar o que é que se ensina na universidade em um curso de Letras-Libras, mas compreender como os discentes surdos se situam nesse contexto, como se relacionam com seus professores e colegas, como se sentem e como aprendem. Nessa esteira, o que as respostas dos alunos evidenciam apontam para o quanto a entrada desses sujeitos na universidade alterou a vida deles para melhor. Para começar, esses universitários surdos demonstram interesse enorme em apreender e, por isso, não medem esforços, tais como: “peço ao professor para explicar novamente”, “se não entender, peço para adaptar a metodologia”, “eu sento com o professor

e converso”, “eu sempre pergunto”, “peço a um colega para me explicar”, “pesquisei na internet”, “eu me esforço bastante, luto, busco”, “vou atrás até conseguir”. Ou mesmo quando afirmam: “com o tempo eu me acostumei”, “eu demorei um pouco a aprender e praticar palavras novas”, “no início eu era mais dependente do intérprete”. Ou seja, eles reconhecem o próprio desenvolvimento ao longo do curso.

Essas vozes reverberam o desenvolvimento deles e como estão se constituindo protagonistas de suas aprendizagens, com maior autonomia, desenvolvendo aspectos relacionais e de participação efetiva como pertencentes a uma comunidade de aprendizagem e potencializando o gosto pelo conhecimento.

Impressionam as transformações desses sujeitos surdos, que apresentam progressivas conquistas, o que transforma a universidade, se bem preparada e aliada à luta pelos direitos de aprendizagem de qualquer ser humano, em um *locus* de diminuição das desigualdades e das injustiças pelas quais os participantes passaram até que chegassem à universidade.

#### **CONSIDERAÇÕES À GUIA DE CONCLUSÃO**

Levando-se em conta a precariedade de estudos voltados para analisar como se sente, age e se situa o aluno surdo universitário, em sua experiência real, na ambiência universitária, o presente estudo cumpre o papel de contribuir para trazer à luz um pouco dessa realidade, nem sempre tornada visível à sociedade. Do que foi possível apreender e analisar, pode-se afirmar que a entrada de alunos surdos na universidade, segundo as respostas dos colaboradores, é um sonho que, para alguns, nem existia no horizonte de suas vidas. A entrada deles no universo acadêmico descortinou possibilidades jamais pensadas, o que acontece quando percebem pessoas surdas que conseguiram ascensão social, inclusive muitos que hoje são seus professores universitários.

Os dados destacam que a acessibilidade do surdo ao ensino superior tem sido garantida, de acordo com as leis que a regulam, pela oferta de um vestibular adaptado à realidade linguística da pessoa surda e pelas vagas que, a cada ano, são ampliadas nas universidades de todo o País. Esses sujeitos tiveram que vencer muitos desafios, enfrentar muitas dificuldades (e ainda enfrentam); no entanto, como se colocam capazes de vencer as adversidades e dispostos a isso, permanecem na universidade, porque ela lhes poderá assegurar a realização de seus sonhos de vida, assim como a pesquisa de Ansay (2010), ao advertir que a presença do intérprete de Libras não é a única medida necessária para a inclusão e acessibilidade do surdo na universidade. Pondera ainda que o estudante surdo que chega ao ensino superior já superou barreiras comunicacionais, atitudinais, econômicas e sociais. Ainda assim, ingressar e concluir o ensino superior é um desafio para qualquer estudante no

Brasil, sobretudo para estudantes surdos. Há que se avançar em pesquisas e discussões sobre os aspectos relacionais e atitudinais nesse espaço educacional.

Ainda que as vozes dos surdos aqui indiquem avanços e conquistas, há muito com o que se preocupar, como por exemplo, em como diminuir as diferenças nas escolas de ensino fundamental, sejam elas culturais, sociais, de igualdade em materiais e em justas condições de ensino. E, para além disso, dados apontam a urgente necessidade de as escolas de ensino básico que formam alunos surdos dialogarem com as universidades. Esses dois lados precisam se falar, de modo a encontrar melhores alternativas para que pessoas surdas tenham, efetivamente, seus direitos linguísticos protegidos. Os colaboradores dessa pesquisa se situam na história presente que se faz neste país, por essa luta e, ao mesmo tempo, adiantam e mudam essa história, à medida que, estando na universidade, agem em prol e a favor daqueles que virão depois deles.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, T. C. P.; CASTRO, F. O.; GIMENEZ, R. Os surdos no Ensino Superior: uma visão intercultural – Brasil e Portugal. *Cadernos de Pesquisa*, out-dez, 2020.

ANDRADE, Alline Nunes. *Ecos do silêncio: juízos de surdos no âmbito da formação superior sobre projetos de vida e humilhação nas perspectivas moral e ética*. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, ES: 2012.

ANSAY, N. N. A inclusão de alunos surdos no Ensino Superior. *Revista do Núcleo de Pesquisas Interdisciplinares em Musicoterapia*, Curitiba, 2010.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 1977

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, 2005.

COUTINHO, D. R. O direito nas políticas públicas. In: MARQUES, E.; FARIA, C. A. P. de (orgs.). *A política pública como campo multidisciplinar* São Paulo: Ed. UNESP; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2013. p. 181-200.

CURY, Waldir e XAVIER, Paulo Volnei B. *Dicionário de Vocabulário Taquigráfico*. Disponível em: <https://docplayer.com.br/36638141-Waldir-cury-paulo-volnei-bernardi-xavier.html> Acesso em 28 de nov.2021

DAROQUE, Samantha Camargo. *Alunos surdos no ensino superior: uma discussão necessária*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba, SP: UNIMEP, 2011.

DIBBERN, T. A.; CRISTOFOLETTI, E. C.; SERAFIM, M. P. Educação em Direitos Humanos: um panorama do compromisso social da Universidade Pública. *Educação Revista*, v. 34, 2018.

ISSN 0102-4698. Disponível em

<https://www.scielo.br/j/edur/a/VPfPJq8H5MxHRw4wfx3MGLx/?lang=pt>.

ESDRAS, D.; GALASSO, B. *Panorama da Educação de Surdos no Brasil: Ensino Superior*. Rio de Janeiro: INES, 2017.

FREIRE, Paulo. *A educação na cidade*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GOMES, Christianne Rocha. *Educação inclusiva de estudantes universitários surdos: uma análise a partir da trajetória escolar*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade Federal de Sergipe, 2017, 156f.

MONTEIRO, Mirna Salerno. *Mestres e Doutores Surdos: um estudo sobre a crescente formação especializada de pessoas surdas no Brasil*. *Revista Espaço*, Jul-Dez, 2017.

NANTES, Janete de Melo. *A constituição do intérprete de língua de sinais no ensino superior na perspectiva dos surdos: o cuidado de si e do outro*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Grande Dourados. – Dourados, MS: UFGD, 2012.

PATRÍCIO, Leandro. *As políticas públicas de inclusão de surdos no ensino superior: especificidades do processo*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba, 2011.

PEREIRA, H. M. *Pesquisadoras surdas brasileiras: divulgação Online na pesquisa do novo milênio*. [S.l.]: Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, 2019.

PPNE, C. D. A. A. P. C. D. *Quantitativo de estudantes e profissionais surdos/deficientes auditivos na UnB*. DAC, Decanato de Assuntos Comunitários, Universidade de Brasília. Brasília. 2018.

QUADROS, R. M. O 'BI' em bilinguismo na educação de surdos. In: E. Fernandes (Ed.), *Surdez e bilinguismo* (p. 27-37). Mediação, 2010

\_\_\_\_\_. *Políticas Linguísticas e a Libras: consolidando do planejamento linguístico no Brasil e na América do Sul*. IELL, Berlim, Alemanha, janeiro 2021.

RIBEIRO, M. C. M. D. A. *Letramento acadêmico para surdos: reflexões contemporâneas*. *Revista Olhares*, Guarulhos, v. 4, p. 269-286, 2016.

PESSOA, R. R.; SILVA, K. A. D.; FREITAS, C. C. D. **Praxiologias do Brasil Central: sobre educação linguística crítica**. São Paulo : Pá de Parábola , 2021.

SILVA, S. G. de L. (2012). *Pedagogia surda e ensino de língua portuguesa para surdos*. In G. Perlin, & Stumpf, M. (Orgs.), *Um olhar sobre nós surdos: leituras contemporâneas* (pp. 265-274). CVR.

TAVARES-SANTOS, V.; CAIXETA, T. *Aprendizagem como processo subjetivo: uma experiência com jovem surdo de ensino superior*. *Anais do Seminário Luso Brasileiro de Educação Inclusiva: o ensino e aprendizagem em discussão*, Porto Alegre, 2017.

TEMOTEO, J. G. *Lexicografia da Língua de Sinais no Nordeste*. São Paulo: Tese de doutorado Universidade São Paulo – USP, 2012.

THOMA, A. *A inclusão no Ensino Superior: “Ninguém foi preparado para trabalhar com esses alunos [..]. Isso exige uma política especial [..]. Caxambu-MG: 29ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa e Educação. Educação e cultura na contemporaneidade: desafios e compromissos, 2006.*

WEISS, M. L. L. *Psicopedagogia Clínica: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

## APÊNDICE 1

Perguntas utilizadas em entrevistas *online* com os participantes da pesquisa.

**Pergunta 1-** Você estudou em escola inclusiva em sua formação básica? Havia intérprete? Ou você estudou em escola bilíngue?

**Pergunta 2-** Você sempre quis fazer Letras-Libras ou já desejou fazer outro curso?

**Pergunta 3-** Quais foram as suas maiores dificuldades na universidade? Em relação à linguagem, você consegue entender as aulas, os diálogos?

**Pergunta 4-** Os colegas e professores conseguem entender o que você fala?

**Pergunta 5-** Quais são os aspectos positivos na Universidade?

**Pergunta 6-** Quando você não compreende o assunto, o que você faz?

**Pergunta 7-** Para estudar em casa como você faz? Como faz leituras de textos? E quando precisa escrever? Como prepara as apresentações de trabalho?

**Pergunta 8-** A universidade disponibiliza algum material adaptado?

**Pergunta 9-** Quais obstáculos você percebe na tradução na sala de aula ou em outros espaços na universidade?

**Pergunta 10-** Você já passou por situações em que não foi compreendido na universidade? Como você fez?

**Pergunta 11-** Você já pensou em desistir da faculdade? Qual o motivo?

**Pergunta 12-** Que conselhos você daria aos surdos que querem entrar na